

Trabalho de Campo e Movimentos Sociais: análises de dados qualitativos em pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia - GMSECA/UEPA, no campo da mediação religiosa, movimentos e luta social

Henry Willians Silva da Silva *

Maria Marize Duarte **

Resumo

O presente artigo trata da apresentação de alguns apontamentos e reflexões do trabalho de campo e a análise dos dados coletados com base nas técnicas de pesquisa de entrevistas e questionários. Demonstra por meio de “exemplos” as diferentes possibilidades de análises e interpretações destes dados em pesquisa realizados por docentes integrados ao grupo de pesquisa GMSECA/UEPA. As análises de dados apresentadas, no presente estudo, estão fundamentadas em procedimentos incorporados através de cursos realizados visando à utilização de “softwares” de pesquisa, que se fundamentam nas técnicas de entrevistas e questionários, métodos de análise de discurso e no tratamento de dados mediante o emprego software QSR Nvivo 8 e experiências em pesquisas no Discurso do Sujeito Coletivo - DSC. Trata de demonstrar experiências, que estão sendo consolidadas no grupo de pesquisa, mediante à demonstração de “como” se faz a análise de dados qualitativos levantados pelas

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Pará\UFPA. Professor da Universidade do Estado do Pará nos Cursos de Licenciatura Plena em Ciências da Religião, Licenciatura Plena em Ciências Sociais, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR e no Programa de Mestrado em Ciências da Religião - PPGCR/UEPA. Membro do Grupo de Pesquisa *Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia* – GMSECA. Belém/Pará.

** Doutora em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professora da Universidade do Estado do Pará nos Cursos de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, Licenciatura Plena em Geografia, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR e no Programa de Mestrado em Ciências da Religião - PPGCR/UEPA. Líder/Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia* – GMSECA. Belém/Pará. Este artigo foi elaborado preliminarmente para a apresentação no III Colóquio do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião – PPGCR/UEPA e Jornada Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Ciências da Religião no GT *Movimentos, Grupos e Instituições Religiosas*, em 18 de novembro de 2016 no CCSE/UEPA – Belém/Pará.

diversas técnicas de pesquisas, gera uma possibilidade de otimização no processo de pesquisa no qual o pesquisador iniciante se propõe a enfrentar no cotidiano da pesquisa.

Palavras-chave: 1. Trabalho de Campo; 2. Análise de Dados Qualitativos; 3. Entrevista; 4. Questionário; 5. Software QSR Nvivo 8; 6. Discurso do Sujeito Coletivo – DSC.

Abstract

The present article deals with the presentation of some notes and reflections of the field work and the analysis of the data collected based on interviewing techniques and questionnaires. It demonstrates by means of "examples" the different possibilities of analyzes and interpretations of these data in research carried out by professors integrated to the GMSECA / UEPA research group. The data analyzes presented in this study are based on procedures incorporated through courses designed to use research softwares based on interview techniques and questionnaires, methods of discourse analysis and data processing through The employment QSR software Nvivo 8 and experiences in research in the Discourse of the Collective Subject - DSC. It tries to demonstrate experiences, which are being consolidated in the research group, through the demonstration of "how" one makes the analysis of qualitative data raised by the different research techniques, generates a possibility of optimization in the research process in which the researcher neophyte Proposes to face in the daily of the research.

Keywords: 1. Fieldwork; 2. Qualitative Data Analysis; 3. Interview; 4. Quiz; 5. Software QSR Nvivo 8; 6. Discourse of the Collective Subject - DSC

Introdução

Este artigo focaliza em duas fases do processo de pesquisa em que o iniciante pesquisador geralmente encontra muitos problemas. O contato direto do pesquisador, com o “objeto” de pesquisa de natureza empírica, apresenta surpresas na realização cotidiana do ato de pesquisar. A primeira parte, trata de reflexões sobre os cuidados que o neófito/pesquisador deve observar em contato com o trabalho de campo. A segunda parte, versa sobre a questão, como fazer as análises e interpretações dos dados coletados no trabalho de campo? Este último aspecto, tem a sua relevância devido às experiências que temos em orientações e participações de bancas, sobretudo nas graduações e pós-graduações em várias universidades. Assim, acreditamos que estas reflexões e exemplos de análises, possam amenizar as dificuldades que os discentes enfrentam no trabalho de pesquisa científica.

1. O Trabalho de Campo: Algumas reflexões teórico-metodológicas

Neste tópico abordaremos algumas reflexões a respeito do trabalho de campo, sobretudo, das experiências dos pesquisadores envolvidos com as atividades de pesquisa, mesas redondas, orientações e aulas ministradas tanto na graduação quanto na pós-graduação do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia-GMSECA/UEPA¹. Esta primeira parte, possibilita algumas orientações para os alunos iniciantes envolvidos com o ato de pesquisar ou na realização do processo de pesquisa em campo. Portanto, esta fase antecede, a nosso ver, o foco principal deste artigo, a análise dos dados qualitativos, coletados nesta fase. Diante disso, estabelecemos alguns apontamentos a respeito da noção de "trabalho de campo", reflexões a respeito deste trabalho, o contato em campo e as técnicas essenciais nesta pesquisa que são as "observações" e "entrevistas".

Em primeiro lugar, a respeito da noção de "trabalho de campo", foca-se em sua delimitação, objeto e o sujeito da pesquisa e seu caráter mais aberto no processo de pesquisa. A questão do "campo" de uma maneira geral, tem um recorte espacial, temporal e empírico, além do mais, depende da própria vivência do pesquisador em campo. Temos como exemplo, a questão da análise das diferentes percepções e práticas de lideranças religiosas da Igreja Evangélica Assembleia de Deus-IEAD/PA, da Congregação do Bairro da Cremação, acerca do papel da mulher no interior da instituição. Logo, este tipo de pesquisa tende a centralizar nas pessoas,

¹ O Grupo de Pesquisa *Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia* - GMSECA/UEPA é um grupo de pesquisa existente na Universidade do Estado do Pará – Uepa, criado em 2006, que desenvolve em suas atividades as dinâmicas referentes às pesquisas de campo; aos seminários de formação; aos cursos de especialização e extensão; às mesas redondas e orientações nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado diretamente articuladas com linhas de pesquisa. As linhas de pesquisa Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais: Memória e História das Trajetórias, Migrações e Identidades; Movimentos Sociais e o Direito: Memória, História e Representações; Movimentos Sociais e o Sujeito: Memória e História de Subjetividades; Movimentos Sociais e Religião: Memória e História das Organizações Religiosas; Movimentos Sociais Sindicais e Populares: Memória e História das Organizações Sindicais e Populares Rurais e Urbanas; Pedagogia Social da esquina: Memória e História das Organizações Rurais e Urbanas; Pedagogia Social do Movimento: Memória e História da Educação Rural e Urbana.

nos grupos, nas comunidades, nas suas realizações, situações etc. e, por conseguinte, observar, registrar e analisar as diversas formas de comportamento do sujeito são fundamentais para a compreensão da dinâmica desse campo religioso. Este tipo de trabalho apresenta uma pluralidade de métodos e técnicas que apontam para as mais variadas análises nos aspectos atinentes aos pressupostos, conceitos, paradigmas, etc. Assim, podemos observar que temos uma flexibilidade no estudo de campo seja quanto ao método, seja no processo de pesquisa².

Em segundo lugar, temos algumas reflexões acerca do trabalho de campo, quanto ao seu aspecto preliminar, relativas às qualidades do pesquisador e o papel do conhecimento neste tipo de pesquisa. Antes do trabalho de campo propriamente dito, em alguns casos, realiza-se uma pesquisa exploratória, isto é, preliminar, que está diretamente associada ao objeto de estudo e ao levantamento de dados básicos essenciais à elaboração do projeto de pesquisa, que deverá conter o tema, os motivos p/ escolha do tema, o problema, a literatura que trata do problema, as hipóteses de estudo, a definição espacial, temporal e os sujeitos da pesquisa, o cronograma, a coleta de dados, o tratamento e a análise dos dados. Todo pesquisador deve observar que entre as várias qualidades para exercício da pesquisa são essenciais o respeito ao informante, a curiosidade, a humildade, a atitude autocorretiva, o olhar dinâmico e aberto à realidade social e a dinâmica confrontativa dos dados, seja no processo de pesquisa, seja na relação entre teoria e empiria. A geração do conhecimento com base no trabalho de campo dependerá das interrelações entre dados que geram às informações, as classificações, as categorizações, as análises e as interpretações, que associam teoria e prática de campo.

Em terceiro lugar, o contato em campo de uma maneira geral, deve passar pela experiência e aprendizado do neófito pesquisador e que deve ter um olhar

² Para o aprofundamento da temática a respeito do “trabalho de campo” ver: Brandão (2007a, 2007b); Duarte (2002); Gil (2002, 2008); Ginzburg (1990); Buford Junker (1971); Kaufman (2013); Minayo (2013) e; Thompson (2002).

atento quanto a sua inserção na coleta de informações, que poderá facilitar ou dificultar a realização da pesquisa. O trabalho de campo é um tipo de aprendizado distinto da sala de aula, pois integra diferentes formas de relações sociais, ou seja, o pesquisador iniciante poderá acurar o seu aprendizado de pesquisa perpassando por experiências e/ou treinamentos em grupos de pesquisa e/ou na condição de estagiário em pesquisas. Esse tipo de trabalho em geral, é pessoal (algumas vezes coletivo) e que gera dispêndio em sua realização, portanto, para se ter uma maior compreensão e observação do grupo ou objeto estudado dependerá de sua inserção intensa em campo. As experiências de campo nos levam às recomendações de alguns pontos essenciais na inserção ao lócus da pesquisa, tais como: 1) o aquecimento no trabalho de campo e/ou observações *a priori*, isto é, os cuidados iniciais antes de entrar na pesquisa propriamente dita e/ou diretamente em campo. Daí as observações do espaço, formas de percepção do lugar, conversa com as diversas pessoas próximas ao sujeito investigado e/ou que poderão compor o conjunto de sujeitos à serem entrevistados, no caso do exemplo da pesquisa citada anteriormente, pois a ideia é não ser visto como o inoportuno; 2) o reconhecimento preliminar do lócus da pesquisa para efetivar um mapeamento dos espaços, ambientes, contatos e demais informações básicas em que estão situados os informantes essenciais ao processo de pesquisa; 3) efetivar uma descrição geral e precisa do cotidiano dos futuros investigados, porque sempre existe e/ou ajustes no projeto, ou seja, no planejamento da pesquisa. Daí a importância da observação do contexto, dos detalhes essenciais do cotidiano, que poderão ser essenciais na coleta dados visando à produção de informações. O sucesso da coleta de dados é fundamental para análise dos dados/informações e articulação entre teoria/informação, que podem gerar novas categorias teóricas e explicações da matéria em estudo, porque o campo gera novas teorias e/ou amplia à compreensão das teorias existentes com novos elementos.

Em quarto lugar, alguns apontamentos a respeito das técnicas de pesquisa observação e entrevista que detém como focos a captação das imagens e a

centralidade na relevância da fala. Portanto, ambos estabelecem uma interação do pesquisador com o seu “objeto” de estudo (MINAYO, 2013). Quanto a entrevista, dentre elas temos: a) relevância do relato oral, porque entendemos que a palavra antecede as demais técnicas de obtenção do saber. Logo a entrevista como expressão da comunicação verbal acaba sendo um tipo de informação relevante e privilegiada de coleta de dados; b) na entrevista a captação da fala do sujeito investigado, pode ser visto como uma representação da realidade, por meio das ideias, das crenças, das opiniões e sentimentos; c) a entrevista envolve a captação da fala do sujeito em categorizações e, por conseguinte, requer um tempo maior em suas transcrições. Daí a necessidade do uso de metodologias informacionais na otimização da organização, da classificação e análise dos dados (DSC; QSR NVIVO e MINDMapper); d) na entrevista, comunicação verbal, o pesquisador precisa atentar para as relações com o sujeito precisamente nos aspectos atinentes ao vocabulário do informante e outros aspectos c/ postura na observação dos aspectos do cotidiano do informante, ou seja, o respeito ao *modus vivendi* do informante, pois são essenciais na realização e conclusão da pesquisa com dados/informações consistentes.

Em relação à técnica da observação direta, essencial na pesquisa qualitativa, elencamos como principais aspectos os seguintes: a) relativização do espaço da pesquisa, porque quando o pesquisador se propõe a realizar uma pesquisa de campo deve se colocar acima de tudo no lugar do outro, isto é, no lugar da comunidade/sociedade/sujeitos pesquisados; b) necessidade de libertação de valores, pre-noções, que possam afetar o pesquisador no levantamento dos dados-informações; c) associação à observação participante com o diário de campo, que possibilita os registros básicos como os mapas de localizações, os registros gerais do cotidiano, que possibilitarão uma análise com tendências à precisão e a confrontação de dados nas análises de dados qualitativos/quantitativos; d) verificação no processo de observação as evidências do que é infinitesimal, ou seja, não é captado por perguntas ou dados quantitativos, portanto, examinar insistentemente a relação teoria e realidade; e) verificação no processo de observação à questão dos segredos

e seus registros, pois o pesquisador deve ter prudência em relação a violação de segredos e sentimentos compartilhados, sobretudo quando se estuda temas reconhecidos socialmente c/ de difícil acesso e os “ditos perigosos”; f) finalização da coleta de dados, previamente planejada no projeto/cronograma da pesquisa, deve ser concluída mediante à efetivação do registro dos depoimentos, informações, etc. A densidade do material coleta em consonância com os objetivos da pesquisa, chegasse ao “ponto de saturação”. Finaliza-se o trabalho de campo passando para as fases de tratamento, análise e interpretação dos os/informações.

As evidências acima demonstram que o trabalho de campo requer do pesquisador uma série de qualidades, que vão além dos apontamentos apresentados e não são aprendidos somente em sala de aula, mas no cotidiano da pesquisa, isto é, nas experiências vivenciadas pelo pesquisador em contato com os sujeitos/informantes e com a realidade social. Esta experiência é de certa forma singular, seja na observação direta, seja na entrevista, pois o fator condicionante na viabilidade da realização do trabalho de campo detém em sua essência as relações de conteúdos ético, social, político e cultural associados ao respeito às formas de pensar diferenciadas de seus sujeitos/informantes. Considera-se, portanto, que a complexidade do processo de pesquisa, seja qualitativa, seja quantitativa, no trabalho de campo, requer um olhar acurado e aberto às dinâmicas do tempo/espaço e sempre nas perspectivas de que o conhecimento é sempre parcial e provisório.

2. Categorização e análises temáticas em entrevistas e questionários nas pesquisas qualitativas: o trabalho do Grupo de Pesquisa GMSECA/UEPA

Neste tópico tratamos, em forma de “exemplos”, das análises de dados e informações coletados em pesquisas e estudos do grupo de pesquisa GMSECA/UEPA. A seleção dos fragmentos coletados em pesquisa, se realizou por

meio dos “softwares” QSRNvivo 8.0³ e do mapeador mental MINDMapper 5.0. No primeiro exemplo, algumas citações foram retiradas integralmente (*ipsis litteris*) da apostila do curso do primeiro software de treinamento, que trata de forma objetiva a categorização e análise das informações acerca do tema “juventude” que de alguma forma, se aproxima também do método de análise DSC⁴ (Discurso do Sujeito Coletivo) que aliás é adotado pelo grupo. O segundo exemplo, traz citações de entrevistas e questionários abertos de uma pesquisa realizado pelo integrante do grupo, a respeito da temática “luta social e violência”. O terceiro, foca nos discursos de agentes sociais ligados a defesa de movimentos quanto à temática “o sentido da terra e a mediação religiosa”. Portanto, apesar de temáticas distintas, nosso objetivo é demonstrar como foi feito estas análises de dados, para estabelecer uma possibilidade de análise e interpretação das informações a serem realizados pelos discentes, que se interessam pelo trabalho de campo e análise de dados qualitativos, ressaltando que estas diferentes temáticas analisadas permeiam a relação, método, teoria e pesquisa integradas.

Exemplo (1)⁵:

Objetivo da pesquisa⁶: Captar os **significados** que os jovens (faixa etária, de 15 a 25 conforme o recorte amostral) dão e caracterizam: **o que é “juventude”** e suas **vivências e experiências cotidianas**.

[...] **Moderador**: Eí eu gostaria que a gente pensasse um pouco sobre essa palavra, “juventude”... Quando vocês falam “juventude”, o quê que vêm na cabeça de vocês? Outra coisa: quero saber e se vocês se consideram jovens, e se sim, por quê? O quê que identifica vocês como jovens?

³ Geralmente trabalha com pesquisa de dados qualitativos/quantitativos não-estruturados. Cf. *homepage*: <http://www.qsrinternational.com/>.

⁴ O DSC é uma técnica de análise de dados em pesquisa qualitativa/quantitativa que foca no pensamento ou opinião comum dos sujeitos pesquisados. Dentre os principais operadores metodológicos do DSC, temos: 1) as expressões-chave; 2) as ideias centrais; c) o discurso do sujeito coletivo. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006).

⁵ Este primeiro exemplo é um procedimento recorrente em pesquisas tanto na graduação, quanto na pós-graduação que trabalhamos.

⁶ Este texto foi retirado da “Apostila de Treinamento: Análise de Dados Qualitativos com o uso do Nvivo 8” (2009) de BARBOSA, R. J. disponível em: <https://pt.scribd.com/document/81950243/apostila-nvivo-8>.

Menina 1: Acho que eu sou jovem, porque eu estou naquela **fase em que a gente fica “meio no meio”**, sabe? Você está a fim de ter um tempo de **zoar** um pouco, de **curtir com os amigos** e tal; mas você também tem um monte de **responsabilidades**, escola, família. Então você tem um monte de coisas que estão aí e que são intermediárias, né? Você fica meio naquela fase em que tem que **escolher** sempre, sempre. Então eu acho que isso caracteriza o jovem.

Menino 1: Eu acho que juventude é aquela parte da **transição**, aquela ponte que leva da infância e pré-adolescência para a vida adulta. Porque é nessa parte [da vida] em que a gente, começa a **trabalhar**, em que a gente **escolhe** o que vai querer ser no futuro, o que a gente vai fazer; escolhe também o que a gente vai fazer para chegar naquele ponto, como vai alcançar este objetivo. Eu acho que é isso que define o jovem, é estar lutando, pra assim, garantir o seu futuro, como uma carreira, é [...]

Menino 2: Você deixa de ser jovem depois de uma determinada época, em que você já tem **responsabilidades** mais sérias como no caso **trabalhar**, ter que, por ventura, sustentar alguém, etc. Mas antes disso, é jovem. **Curtindo a vida...**

Menino 1: Mas se a pessoa mesmo se ela tiver um filho, na adolescência, ela também continua sendo jovem, **mesmo trabalhando** [discordando do Menino 2]...

Categorias identificadas conforme as percepções dos jovens:[...] 01 Transição, fase intermediária; 02 Diversão, descompromisso; 03 Necessidade de fazer escolhas; 04 Responsabilidades, trabalho... [...] (BARBOSA, 2009, p. 20-22, grifos e marcações nossos)

Diante disso, podemos estabelecer algumas questões iniciais para estas percepções destes jovens do que vem a ser “juventude”. E a partir daí, faremos uma primeira possibilidade de inferência e análise das percepções. Portanto, ressaltando que a análise a ser feita não se encontra no material transcrito.

Questões:

- Verificar o que há de comum e as contradições das percepções dos pesquisados?
- Quais as percepções/concepções deles a respeito do tema-problema a ser pesquisado? (não perder de vista o objetivo da pesquisa)
- Há concepções divergentes entre eles? Quais os pressupostos e subentendidos em suas falas? Percebe-se em seus discursos algum pensamento “pré-construído”?

2.1 Melhorando a Visualização das Transcrições e suas Categorias

[...]

01 Transição, fase intermediária:

[...] Acho que eu sou jovem, porque eu estou naquela fase em que a gente fica 'meio no meio' (...) Então você tem um monte de coisas que estão aí e que são intermediárias... (Menina 1)

Eu acho que a juventude é aquela parte da transição, aquela ponte que leva da infância e pré-adolescência para a vida adulta... (Menino 1)...

02 Diversão, descompromisso:

[...] Você está a fim de ter um tempo de zoar um pouco, de curtir com os amigos e tal... (Menina 1)

Mas antes disso, é jovem. Curtindo a vida... (Menino 2)

03 Necessidade de fazer escolhas:

[...] Você fica meio naquela fase em que tem que escolher sempre... (Menina 1)

[...] em que a gente escolhe o que vai querer ser no futuro, o que a gente vai fazer; escolhe também o que a gente vai fazer para chegar naquele ponto, como vai alcançar este objetivo... (Menino 1)

04 Responsabilidades, trabalho:

[...] mas você também tem um monte de responsabilidades, escola, família... (Menina 1)

Porque é nessa parte [da vida] em que a gente, começa a trabalhar (...) Eu acho que é isso que define o jovem, é estar lutando, pra assim, garantir o seu futuro, como uma carreira, é... (Menino 1)
 Mas se a pessoa mesmo se ela tiver um filho, na adolescência, ela também continua sendo jovem, mesmo trabalhando (Menino 1)
 Você deixa de ser jovem depois de uma determinada época, em que você já tem responsabilidades mais sérias com no caso trabalhar, ter que, por ventura, sustentar alguém, etc... (Menino 2) (BARBOSA, 2009, p. 20-22)

Após esses primeiros dados/informações existe a possibilidade de inferência e, por conseguinte, a construção do parágrafo referente à categoria “responsabilidade e trabalho”, conforme abaixo. Por conseguinte, poderá ser construído os demais parágrafos referentes às outras categorias identificadas.

Quanto às percepções comuns dos jovens em relação à **responsabilidade e trabalho** observamos: a) que apesar de estar presente a noção de diversão, escolhas e necessidades em suas vidas, acreditam nos valores da sociedade, como garantir sustentabilidade e profissão num futuro melhor; b) que de alguma forma há o pressuposto de aceitação dos valores e regras da sociedade como forma de integração a ela, como bem ressaltou Durkheim (2011; 2007)⁷. Logo verificamos que em suas percepções não existe questionamento destes valores, presentes na sociedade ou no grupo do qual pertencem, como forma alternativa frente a situação existente, mas tendências em assumir um pensamento conservador em relação às formas atuais, presentes em nossa sociedade.

Exemplo (2)⁸:

⁷ Cf. DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Textos fundantes de educação); DURKHEIM, E. **Fato social e divisão do trabalho**. São Paulo: Ática, 2007. (Ensaio comentado).

⁸ Pesquisa realizada por Henry W. e Marize D. (UEPA). Estes fragmentos citados tem a seguinte fonte como referência: SILVA, H. W. S.; DUARTE, M. M. As representações em discursos dos diferentes mediadores envolvidos no caso do Massacre de Eldorado de Carajás: bastidores das lutas pela terra na Amazônia e a relevância do conflito. In: **XI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e XII**

Objetivo da pesquisa: Identificar e analisar a atuação e os discursos dos diversos agentes mediadores de entidades não-governamentais de direitos humanos envolvidas com as causas e defesa dos movimentos, na luta pela terra no estado do Pará. Analisar nos depoimentos dessas agentes avaliações acerca da luta pela terra e no caso do massacre no episódio de Eldorado de Carajás no Pará (1996). Verificar nos discursos dos mediadores: SPDDH-Pa, Defesa Social-Pa, CPT-Pa e MST-Pa as suas atuações e perspectivas em relação ao conflito. Enfim, analisar nos discursos desses agentes, os instrumentos, recursos, interesses, adversários ou as estratégias de forças utilizados na consecução de seus objetivos.

Método de Análise: Análise de discurso de matriz francesa, sob os seguintes conceitos: formação discursiva, memória, interdiscurso, imagem, sentido... (PÊCHEUX, 1988 e 1997; ORLANDI 1996, 2005 e 2008; POSSENTI, 2007). E utilizou-se como organização, seleção, transcrição e análise do *corpus* o “softwares” QSR Nvivo 8 e MINDMapper 5.

Referencial teórico: Adotamos como base a teoria do conflito em Simmel (1983) como necessário para estabelecer mudanças e novas configurações no espaço agrário paraense, por meio das lutas sociais, e somado a luta pelos direitos dos movimentos (VON IHERING, 1995) para explorar oportunidades políticas frente a seus adversários (TARROW, 2009), engendra a manutenção destas lutas no caso paraense.

Entrevistas (Selecionadas): Dentre as questões, temos a seguinte: “faça uma avaliação do que foi o massacre de Eldorado de Carajás (1996) e o caso dos julgamentos?”.

(A) [...] Eldorado de Carajás (...) a gente considera que **foi uma ação organizada por** latifundiários de Marabá com apoio da Polícia Militar, do governo do Estado e de pistoleiros [...] então, **foi uma ação pra dar exemplo**, aquela foi uma ação p r a d a r e x e m p l o [enfático, mudança de entoação] (...) **pra todos que ousavam lutar por reforma agrária naquela época** [...] tanto que na operação de Eldorado de Carajás tu tem envolvido justamente isso, tu tem uma cadeia de comando que autoriza né, a desocupação da estrada de forma truculenta, **a ordem que foi dada foi, pra desocupar custe o que custar**, essa foi a ordem do A. G. na época né, e aí tu joga duas tropas fortemente armadas né, com armamento letal com pistoleiros vestidos de policiais no meio, isso **foi autorizado pelos comandantes do massacre** [...] e foi feito exatamente exatamente dessa forma, foi feito, em cima

encurralou o povo ali e se, foi atrás de liderança, principalmente uma que era o Oziel né, mas se tivesse outras lideranças ali, todas seriam mortas entendeu, então a ordem é realmente pra dar exemplo né... (ENTREVISTA 2, SDDH em 28.05.2010, grifos e marcações nossos)

(B) [...] **foi uma execução sumária** [enfática, mudança de entoação, persuasão] [...], porque sumariamente eles condenaram aquelas pessoas a morte né, quando uma pessoa merece ter um processo [...] legal [...] na justiça [...], então é sumário porque assim abreviou todos os atos processuais, já condenado [enfática, mudança de entoação], **é arbitrário** porque ao arrepio da lei, né [...] totalmente contra o que diz a lei, **e extrajudicial** porque [...] eles [...] foram condenados fora de uma esfera, que é a única que tem o poder de condenar ou não uma pessoa, que é a esfera judicial, ou seja, **o executivo acabou sentenciando de morte** né, **trabalhadores rurais** quando quem só pode sentenciar alguém é... (ENTREVISTA 1, DEFESA SOCIAL em 24.04.2008, grifos e marcações nossos)

2.2 Inferências, Análises e Interpretações

O massacre de Eldorado de Carajás foi uma ação violenta, organizada, repressiva e exemplar aos movimentos sociais, com diferentes segmentos dominantes e institucionais governamentais. Os estudos e as entrevistas apontam que o massacre foi realizado por um consórcio entre latifundiários da região, a Polícia Militar (PM), o governo do Estado e os pistoleiros, atuantes c/ o poder e sanção arbitrária na condenação à morte de trabalhadores rurais sem-terras. Pois, no primeiro relato do defensor(A), registramos que: a) presença de armas letais; b) presença de pistoleiros no meio dos policiais sob autorização do comando; c) tropas que encurralaram os sem-terras; d) caçada às lideranças; e) condenação à morte dos que lutavam pela reforma agrária. Portanto, isto demonstra que o massacre foi planejado sem o mínimo de defesa dos sem-terra.

A posição-sujeito ao discursivizar sobre a ação afirma que: “aquela foi uma ação pra dar exemplo [enfático, mudança de entoação] [...] pra todos que ousavam

lutar por reforma agrária naquela época (SDDH)”. Evidencia na FD⁹, representada pelo defensor, que o massacre não foi apenas objetivar desocupar a rodovia, já que o alvo foram os trabalhadores rurais sem terra, sobretudo suas lideranças, reprimir violentamente a ação do movimento, pois entendemos que há uma conotação política de natureza repressiva que trata as questões sociais como caso de polícia, configurando jogo de interesses de grupos dominantes na região. Marca o campo paraense no patamar da violação aos direitos humanos no qual devia defender. Somando a isso temos a autorização que sentenciou à morte dos trabalhadores rurais sem terra na rodovia, “desocupar custe o que custar”, ordem emanada pelo chefe do estado, que dá o aval, comportamento contrário a uma sociedade que busca a democracia plena.

A ação policial e execução da ordem foi repressiva, contra a lei e numa postura como "juiz supremo" de controle sobre os trabalhadores rurais despojando-os do direito a defesa, passando por cima do "Estado democrático de direito" negligenciando um direito fundamental, a terra para o trabalho reivindicada por meio de pressão social.

Na posição-sujeito relatado (DEFESA SOCIAL) (B) encontramos traços que demarcam a condição de “massacre” e com o chamamento de que rememora a condição daqueles que ousam enfrentar o Estado, o detentor do monopólio da violência física legítima nas palavras de Max Weber. Situação que mostra dois “brasis” que de um lado, este Estado deveria atender aos anseios das populações mais necessitadas, torna-se seu opositor e representante de grupos dominantes; de outro, uma leva de pessoas, sobretudo sem terra e sem-emprego esquecidos pelo poder

⁹ As Formações Discursivas (FDs) têm os seguintes aspectos relevantes: primeiro, representam no discurso as Formações Ideológicas (FIs), logo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente, pois há uma reciprocidade entre linguagem e ideologia; segundo, é por meio dela que podemos compreender os diferentes sentidos nos discursos, por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um sem terra, para um indígena e para um latifundiário e assim por diante. Pois, as FDs são posições em conflito que estão em jogo e que determina o que pode ser dito. As FIs são como uma espécie de força em confronto com outras, atitudes e representações que se relacionam de certa forma em conflitos e deriva de condições de produção específicas. Afirma-se que os discursos são governados por FIs e vistos como fenômeno social, pois, é o “lugar da construção do sentido” (BRANDÃO, 2005; ORLANDI, 1999; 1996; 2005).

público, que marca um saga não somente no caso paraense, mas no Brasil inteiro na luta pela terra e com derramamento de sangue. Só que agora a extensão desse obstáculo são as cercas do poder judiciário.

A memória além de ser seletiva, é a condição do dizível¹⁰. Por meio do interdiscurso se materializa na linguagem porque tem historicidade, logo rememora fatos que já ocorreram antes deste episódio como o massacre de trabalhadores rurais na fazenda Ubá, em meados da década de 1980, no Pará; o massacre de Corumbiara em Rondônia, em 1995, e tantos outros. Quanto ao evento ocorrido em Eldorado é classificado como "massacre" nos relatos de mediadores, pois temos um embate discursivo com a denominação vista pela polícia e seus representantes, como "conflito". Este passa a ser tratado como um enfrentamento direto entre dois pólos opostos resultado daquela violência, ou seja, "sem terra" *versus* "policiais militares", mesmo com todas as evidências de caráter desproporcional do lado dos sem-terra se pensarmos nesta lógica. A expressão "execução sumária" ou massacre põe em xeque a ação desmedida de policiais e do próprio Estado, responsáveis pela ação como poder autoritário, marcando o estado paraense como "fora da lei" e que desrespeita os direitos humanos. Enfim, a defensora estabelece neste aspecto uma distinção entre "massacre" e "chacina". O primeiro, como ela mesma classificou "execução sumária, arbitrária e extrajudicial", de caráter mais amplo; enquanto que o segundo envolve determinado segmento da sociedade, a "aniquilação da identidade", seja trabalhadores rurais sem terra, populações indígenas e outros, de natureza local¹¹.

¹⁰ A memória é tratada como o interdiscurso, ou seja, aquilo que fala antes, noutra lugar, uma espécie de saber discursivo, grosso modo, o que o sujeito diz que tem relação com outros ditos. Retomamos que o dizer não é propriedade particular do sujeito, pois as palavras não são nossas, estas perpassam ou significam pela história e pela língua. Assim, o interdiscurso é o pré-construído, é onde está a produção de sentidos, logo presentes a memória, a historicidade, a ideologia, a metáfora e o não-dito (ORLANDI, 1999; 2005).

¹¹ A definição de "execuções sumárias, arbitrárias e extrajudicial" é "[...] todo e qualquer homicídio praticado por forças de segurança do Estado (policiais, militares, agentes penitenciários, guardas municipais) ou similares (grupos de extermínio, justiceiros), sem que a vítima tenha a oportunidade de exercer o direito de defesa num processo legal regular, ou, embora respondendo a um processo legal, a vítima seja executada antes de seu julgamento ou com algum vício processual; ou ainda, embora respondendo a processo legal, a vítima seja executada sem que lhe tenha sido atribuída uma pena capital legal..." (LIMA JUNIOR, s/d, p. 52).

Portanto, nos dois fragmentos temos uma mesma representação discursiva a respeito dos principais responsáveis pelo “massacre”. De caráter denunciativo, fundamentado nos direitos humanos e nos autos, percebemos nesta versão do caso que ocorreu no estado do Pará, que existe a presença da barbárie e violência fomentada pelo poder público, sobretudo quando verificamos municípios distantes da capital que sequer tem a presença de uma delegacia e muito menos políticas públicas no campo. Portanto, na presença destes últimos ocorre quando há a evidência de uma violência de caráter “pedagógico” no espaço agrário paraense.

Questionários abertos (Selecionados)¹²: A questão que foi apresentado para os agentes da pesquisa, tem relação com o objetivo apresentado anteriormente, que foi o seguinte: como você vê a ação dos movimentos sociais, sobretudo o MST e o conflito de “Eldorado de Carajás”?

(1) [...] Alguns movimentos sociais tem buscado alcançar seus objetivos com manifestações pacíficas, no entanto, **ainda** há o pensamento de se vencer através da **força e da violência**. Muitos movimentos têm destruído patrimônios públicos e privados, trazendo prejuízos de toda ordem... (QUESTIONÁRIO, SEGURANÇA PÚBLICA em 30.09.2009, grifos e marcações nossos).

(2)[...] São vistos como pessoas que deixaram sua terra natal [...]. Contudo, demonstram-se **agressivos, violentos e determinados a todo custo os seus objetivos...** (QUESTIONÁRIO, SEGURANÇA PÚBLICA em 30.09.2009, grifos e marcações nossos).

(3)[...] Os movimentos sociais são formas legais que a população se organiza para reivindicar, lutar por seus direitos e o movimento dos sem-terra é um desses movimentos que existe para lutar, reivindicar o direito a terra (propriedade) do ser humano. Mas é importante salientar que estas reivindicações **devem ser pacíficas e organizadas e sem a gerência de ‘políticos’ que usam** os sem-terra para manobras eleitorais [...]. Eldorado de Carajás foi um massacre que ficou na história do país [...]. Foi uma violação de direitos humanos. Todos nós, temos direito a reivindicar, lutar por

¹² O objetivo de realizar esta coleta de dados (sondagem) era, identificar qual a “imagem” que os agentes de segurança pública têm a respeito dos movimentos sociais, do massacre de Eldorado de Carajás e relacionar com o problema proposto pela pesquisa. Portanto, as questões foram elaboradas referentes ao problema de pesquisa e ao episódio, num tratamento discursivo das respostas e não estatístico.

nossos direitos, lutarmos por aquilo que achamos justos e certos, mas **sem violência, da melhor forma pacífica possível...** (QUESTIONÁRIO, SEGURANÇA PÚBLICA em 30.09.2009, grifos e marcações nossos).

(4) [...] Ao longo do tempo tornou-se bastante organizado, mas muitas vezes **usa de violência para afirmarem-se em determinada propriedade...** (QUESTIONÁRIO, SEGURANÇA PÚBLICA em 01.10.2009, grifos e marcações nossos).

2.3 Primeiras Possibilidades de Inferências e Análises

Nos fragmentos citados, identificamos a presença da violência associada aos movimentos sociais, ou seja, uma tendência a violência instrumental assumida pelos movimentos em defesa de seus princípios, atos e ações. Esta situação pode ser explicitada pela presença recorrente dos conectivos no texto discursivo: “no entanto”, “contudo” e “mas”, em que a posição-sujeito no discurso demonstra o seu olhar diante dos movimentos que lutam pela terra. Fica no imaginário e na memória discursiva destes mediadores de segurança pública a ação de movimentos como, por exemplo, o MST que não espera a atitude governamental para realizar seus objetivos, sem a pressão social, mas sem deixar de levar em consideração a experiência do movimento na luta pela terra em relação às ações imediatas do estado na definição de políticas públicas, que atendam os interesses dos trabalhadores rurais sem terra.

Como percebemos no fragmento 1, “o pensamento de defender os seus direitos acima de tudo em função de sua situação atual de vida, que entendemos como defesa de ações, aparentemente radicais, mas que na prática dos movimentos está diretamente associada a necessidade de sobrevivência. Esta situação aponta para o fragmento 2, que os revelam como agressivos, violentos e determinados a todo custo para alcançarem os seus objetivos, mas é importante observar os posicionamentos da mídia acerca da criminalização, através da produção e reprodução de um conjunto coerente e sistematizado de ideias, que os apresentam para o conjunto da sociedade

como um grupo destruidor da ordem pública e privada. No fragmento 3, verifica-se uma percepção de que a “luta por direitos” é uma luta pacífica, ao invés de relacioná-la ao conflito. Constatou-se entre os discursos dos agentes de segurança pública, a recorrência do termo “conflito” para o caso Eldorado. Percebemos um sentido de caráter “patológico”, que de certa forma “ameniza” a carga negativa da imagem da polícia, do que “massacre”. Conforme ressaltamos, o “conflito” não é patológico, mas sim estabelece nova configuração e equilíbrio na sociedade. Desta maneira, a sociedade necessita da harmonia e desarmonia como uma unidade da vida (SIMMEL, 1983). E a extensão do conflito estabelece de alguma forma, a vitalidade e a manutenção de grupos e movimentos sociais, no caso do Pará, como por exemplo, o estudo de Silva (2012) demonstrou que a ação dos movimentos e instituições pós-massacre de Eldorado de Carajás, gerou mudanças em políticas e programas no campo paraense. Assim, numa sociedade democrática, a luta por direitos e a criação de novos direitos de forma concreta, considera o “conflito legítimo” como gerador de mudanças (CHAUÍ, 2002).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST luta pela distribuição da terra e a reforma agrária, mas estudando e analisando as circunstâncias históricas da luta pela terra e não acreditando e validando a simples vontade política de um estado capitalista. Estas compreensões diferenciam as suas ações porque as suas lutas estão associadas diretamente à produção coletiva e não individual e, por conseguinte, a sua defesa é da propriedade coletiva e não propriedade privada. No fragmento 4, a formação ideológica demarca uma posição típica de um “discurso proprietário”, violência associada à “invasão”, mas o sentido utilizado pelos trabalhadores rurais sem terra é o da ocupação como, por exemplo, o expresso em suas bandeiras de lutas, **ocupar, resistir e produzir**. Esta é uma violência contra a propriedade privada. Assim, temos as formações discursivas, que convergem para a imagem de que o massacre associado aos movimentos, sobretudo aos sem terra, são violentos e determinados a qualquer custo para atingir seus objetivos.

Neste caso, a violência pode ser analisada tendo um caráter “positivo” podendo ser chamada de “violência legítima”. Desta forma, pode ser pensado o emprego da força física pelos trabalhadores, pelos camponeses, pelos movimentos sociais, pelos quebra-quebras, ou até mesmo, pelas transformações sociais, onde a violência é vista como a “parteira da história”, conhecida como violência “de baixo”. Este tipo de violência em alguns casos, como, por exemplo, utilizado pelos movimentos sociais é caracterizado como forma de reconhecimento social e de cidadania, daí seu caráter “positivo” ou “legítimo” da violência (DA MATTA, 1982; ENGELS, 1979; HOBBSAWM, 1982).

Exemplo (3)¹³

Nos três fragmentos citados que se seguem, há discursos convergentes acerca da terra como “vida”, “futuro”, “bem comum”, que reverbera um “discurso religioso”, pois estes mediadores tiveram formação nos quadros das CEBs e da CPT. E na aplicação do roteiro de entrevistas, partimos da seguinte questão:

(1) [...] a terra ela não é só um espaço de produção, a terra é um espaço de vida, além da produção, você tem também toda uma vida que é vivida, aqui perpassam relações sociais, relações culturais, relações afetivas, é o espaço de convivência do povo, ser excluído da terra, é ser excluído de seu espaço de convivência, de sobrevivência e de melhoria da qualidade de vida, é, por isso que a gente costuma dizer que a gente briga pro povo conquistar o território, não é simplesmente a terra, o território, porque o território, ele tem uma noção mais ampla, ele é compreendido de terra, relações culturais, sociais, ambientais, tudo isso faz parte do território camponês, então é, esse conjunto aí de relações do homem com a natureza, com a terra, que a gente chama de território, então é, uma concepção mais ampla do que dar 10 alqueires de terra pra pessoa produzir, etc... (Mediador 2, CPT-Pa)

¹³ O objetivo desta pesquisa foi identificar nos discursos e práticas das lideranças que defendem a causa dos movimentos, a sua avaliação e percepção acerca do sentido da “terra” e a sua relação com o caráter religioso. Algumas vezes nessa pesquisa o termo “liderança” é substituído por “mediador” pelo seu aspecto político em relação aos demais membros do movimento ou grupo do qual pertencem.

(2) [...] a terra é um bem comum mermo da natureza e que ele tem que ser usado pra essa existência, por isso a terra não pode ser privada, não pode ser propriedade privada de ninguém [enfática, mudança de entoação], ela tem que ser um bem coletivo, é então mesmo nos assentamento a gente tem sempre uma briga com INCRA, pra que não passe título individual da terra, a pessoa o tempo que ele quer morar na terra, quer viver no assentamento, vive, depois que quiser embora, cuidar da vida de outro jeito, que deixe a terra pra outra pessoa, então esse é inclusive o debate que nós temos, essa terra como bem coletivo e não como propriedade privada, como geradora mermo de riqueza e de vida, que a terra tem todas as possibilidades das pessoas ali produzir, ali viver, produzir um conjunto de existência, que, as pessoas carecem, que os seres humanos carecem dela... (Mediador 1, MST-Pa, grifos nossos)

(3) [...] o movimento de mulheres a gente atua tanto na cidade como no campo e também nas área ribeirinha (...) a terra pra essas pessoas, é assim, é a vida delas, a terra, o rio, a floresta (...) a terra é o futuro pra elas (...) muita dessas pessoa elas tiveram, elas tem uma formação religiosa, elas aprenderam que a terra é vida, que a terra é o futuro [enfática, mudança de entoação], então elas vêm a terra nesse sentido, das mulheres que moram na zona rural, ribeirinha... (Mediador 1, MMCC-Pa, grifos nossos).

2.4 Análise e Interpretação

No fragmento (1), temos presente na posição-sujeito do discurso, a defesa e a crença da terra como um bem coletivo. A terra é um espaço de pertencimento cultural e social de grupos, pessoas, populações e movimentos. Logo, deve-se estender esse espaço na luta pela conquista do território.

A terra como "um espaço de vida", discursiviza e silencia outros sentidos por meio do significante "vida", que dá conotação religiosa, isto se deve ao interdiscurso, porque o sentido tem historicidade, remete a ocorrências anteriores de que "esquecemos" o enunciador, daí a sua reatualização referente como um "bem coletivo". A terra neste sentido é a extensão do corpo, dos grupos, das populações, dos movimentos e deve ser racionalmente usada como um bem da natureza. Por um

lado, o discurso, em seu caráter simbólico ressoa a noção de terra como um "dom de Deus", pois é sobrevivência, produção e sustento para famílias, grupos sociais e populações, presente numa sociabilidade social e cultural. Por outro lado, quando afirma, "a gente briga pro povo conquistar o território", informa que a luta pela terra é um embate mais amplo do que só conquistar a terra, é da defesa de povos tradicionais, da cultura, da natureza, da água, ou seja, um espaço cultural, social, simbólica e política, na manutenção e reprodução destas populações, em que somente a distribuição da terra não é suficiente, como desejam as políticas públicas governamentais no campo.

Enfim, nesta seção buscou trazer diferentes temáticas em que o grupo de pesquisa GMSECA está envolvido e em estudos com seus integrantes. O ponto central foi à questão do tratamento dos dados, sobretudo como pode ser feito as análises do material coletado e posteriormente a sua redação acadêmica. Lembrando que esta possibilidade de análises e interpretações está conjuntamente integrada como uma unidade nas relações do método, teoria e pesquisa conforme verificamos nos objetivos de cada pesquisa e análise realizada.

Considerações finais

As qualidades que o pesquisador tem no processo de pesquisa ajudam no enfrentamento de embates que trava quanto à questão da teoria e a realidade que é mais complexa. Apesar do pesquisador não proceder de forma "arbitrária" ou "livre" nestas fases de pesquisa, ainda assim, é um meio de não se aventurar no desconhecido, mesmo não prevendo as surpresas que encontrará no contato com seu "objeto" de pesquisa. Portanto, a relevância da necessidade de socialização de trabalhos de pesquisa entre discentes e docentes nas universidades.

O aprendizado do trabalho de campo é desafiante para o pesquisador iniciante. Dentre os casos que foram observados e relatados entre os integrantes do grupo de pesquisa estão as recusas e bloqueios na obtenção de informações em instituições e comunidades. A desconfiança em relação pesquisador se deve na maioria dos casos, da não identificação e exposição do objetivo da pesquisa. Os estudos devem ser reapresentados ao conjunto dos sujeitos da pesquisa, após o tratamento e a análise dos dados-informações, porque o retorno dos resultados da pesquisa possibilita a compreensão do sentido e do significado dos estudos, que vem sendo desenvolvidos pelas universidades. Desta forma, a necessidade da questão ética na pesquisa e uma boa relação entre os envolvidos ajudam a buscar informações evitando o tratamento diferenciado.

Enfim, no caso das entrevistas e suas análises ressaltamos ter prudência quanto a publicização dos dados/informações. Deve-se ou não identificar os sujeitos nos relatos e/ou dados/informações? Dilema que deve passar pela questão ética e diálogo com os informantes. Nos casos que encontramos com nossos alunos envolvidos com o GMSECA/UEPA e que antes da realização de qualquer entrevista ou coleta de dados/informações c/ os sujeitos investigados ou informantes devem assinar um **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, que nada mais é, que um documento que o informante assina concordando com a realização da entrevista, da pesquisa no sentido de resguarda-los, os informantes e os pesquisadores, de qualquer processo que possa trazer prejuízos à vida privada e/ou coletiva. Logo o pesquisador deve garantir um processo de vigilância constante para evitar danos a terceiros e a produção do conhecimento da realidade social em estudo.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, A. M.; VESCE, G. E. P. As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa. **Congresso Ciave**, 2008. Disponível em: http://www.pucpr.edu.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/724_599.pdf.

- BARBOSA, R. J. **Análise de Dados Qualitativos com o uso do Nvivo 8**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/81950243/apostila-nvivo-8>. Acesso em: 01. Nov. 2016. [2009].
- BARTHES, R. O mito, hoje. Leitura e decifração do mito. In: _____. **Mitologias**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006. p. 219-223.
- BRANDÃO, H. H. N. Análise do discurso. In: _____. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 13-52.
- BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2007a.
- _____. **Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2007b.
- BOFF, L.; BOFF, C. **Como fazer Teologia da Libertação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- COSTA, C. B. Terra: representações e cidadania. In: MOLINA, M. C.; SOUSA JÚNIOR, J. G.; TOURINHO NETO, F. C. (Orgs.). **Introdução crítica ao direito agrário**. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v.3, 2002. p. 146-152
- CHAUÍ, M. A sociedade democrática. In: MOLINA, M. C.; SOUSA JÚNIOR, J. G.; TOURINHO NETO, F. C. (Orgs.). **Introdução crítica ao direito agrário**. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v.3, 2002. p. 331-340. (Série O Direito Achado na Rua).
- DA MATTA, R. As Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, M. C. et al. **A Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 11-43.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar./2002.
- DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Textos Fundantes de Educação).

_____. **Fato social e divisão do trabalho.** São Paulo: Ática, 2007. (Ensaios Comentados).

ENGELS, F. **Anti-Duhring.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGLER, S.; STAUSBERG, M. Metodologia em Ciência da Religião. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (Orgs.). **Compêndio de ciência da religião.** São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013. p. 63-73.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da UNB, 2008.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica.** 4. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Coord. por Uwe Flick. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 244-270.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 33.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 79-108.

GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1990.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOBSBAWM, E. J. As Regras da Violência. In: _____. **Revolucionários: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 209-215.

JUNKER, B. **A importância do trabalho de campo**: introdução às Ciências Sociais. Introdução de Everett C. Hughes. Traduzido por José Gurjão Neto. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

KAUFMANN, J-C. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.10, n.20, p.517-524, jul/dez 2006.

LIMA JUNIOR, J. B. (Org.) et al. **Execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais**: uma aproximação a realidade brasileira. [S.I.]: Justiça Global, s/d. 120p.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 61-77.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Edição Pontes Editores, 2008. p. 9-19.

_____. **Discurso e leitura**. 4. ed. Campinas: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.
 POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. M. V. (Org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SILVA, H. W. S.; DUARTE, M. M. As representações em discursos dos diferentes mediadores envolvidos no caso do Massacre de Eldorado de Carajás: bastidores das lutas pela terra na Amazônia e a relevância do conflito. In: **XI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e XII Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. João Pessoa, PB, UFPB, p. 1-25, 22 - 26 de set./2013 (no prelo).

SAUER, S.; ALMEIDA, W. **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília/Editorial Abaré: Editora Universidade de Brasília, 2011.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 17-26. (Coleção Sociologia)

THOMPSON, P. A entrevista. In: _____. **A voz do passado: história oral**. Trad. L. Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 254-278.

VON IHERING, R. **A luta pelo direito**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: _____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3. ed. Brasília: Editora UNB, v.1, 2000. p. 3-35.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1999.